



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED  
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO – FORMACAMPO



**FORMACAMPO**  
EDUCAÇÃO DO CAMPO

**2026**

**CADERNO**

**TEMÁTICO-02**

**Matriz Curricular da Educação do Campo**

Rede Municipal de Ensino

**Princípios orientadores da organização da matriz curricular  
para a Educação do/no Campo – Apresentação, Introdução,  
Capítulo I**

# PARCERIAS

GOVERNO DO ESTADO



GOVERNO PRESENTE FUTURO PRA GENTE



**UESB**

UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC



**UNEB**

UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA



Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia



**UNDIME**BA

União Nacional dos Dirigentes  
Municipais de Educação



**UNCME-BA**



**PPGED**  
UESB

Programa de Pós-Graduação em Educação





## COORDENAÇÃO GERAL

### **GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS MOVIMENTOS SOCIAIS, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIDADE (GPEMDECC)**

Coordenação: Arlete Ramos dos Santos  
Secretária geral: Valéria Souza Lima Brito  
Assessor técnico: Ricardo Alexandre Castro

## COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Geovana Gomes Costa  
Nair Cristina Machado Lopes

## APOIO

### **Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA)**

Diretora de Educação dos Povos e Comunidades Tradicionais:  
Poliana Nascimento dos Reis

### **União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/BA)**

Presidente: Anderson Passos dos Santos

### **União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação (UNCME/BA)**

Presidente: Gilvânia Nascimento

### **Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UESB**

Coordenação:  
Cláudio Pinto Nunes  
Arlete Ramos dos Santos

## COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

### **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**

Coordenação: Bernardino Galdino de Sena Neto

### **Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)**

Coordenação:  
Jussara Tânia Moreira  
Julia Maria da Silva Oliveira

### **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)**

Coordenação: Gilsélia Freitas Macedo Cardoso Freitas

### **Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XVII)**

Coordenação: Luís Geraldo Guimarães



## **COORDENAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO (GT)**

### **GT1 – Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC**

Antoniclebio Cavalcante Eça  
Silvano Conceição

### **GT2 – Projeto Político Pedagógico – PPP**

Edjaldo Vieira dos Santos  
Gilvan dos Santos Sousa

### **GT3 – Educação Integral em Tempo Integral nas escolas do campo**

Higro Souza Silva  
Antônio Domingos Moreira  
Maisa Dias Brandão Souza

### **GT4 – Educação Quilombola, Educação Indígena e Educação Especial e Inclusiva na Educação do Campo**

Niltânia Brito Oliveira  
Sólon Natalício Araújo dos Santos  
Jaqueline Braga Morais Cajaiba

### **GT 5 – Matriz Curricular das escolas do campo**

Vilma Áurea Rodrigues  
Inaiara Alves Rolim

### **GT 6 – Educação do Campo nos Planos Municipais de Educação**

Antoniél dos Santos Peixoto  
Eliane Nascimento dos Santos  
Pascoal João dos Santos



## COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Ana Elisa Antunes de Oliveira	Liliane Lima Silva
Ana Karine Porto Viana	Liliane Soares Santana
Beatriz dos Santos Pinheiro Cangussu	Maisa Rose Serra de Almeida
Claudia Batista Silva	Paula Bruna Soares dos Santos
Cynthia Rocha Silva	Priscila da Silva Rodrigues
Fabiano Neves Silva	Queziane Martins da Cruz
Fernanda Silva Santos	Raimunda Duarte Bonfim
Gean César dos Santos Nogueira	Rebeca Bispo Oliveira
Geysa Novais Viana Matias	Regiane Dias Cardoso
Henrique Reis Bispo	Roberio Santos Fontes
Hernaide da Silva Miranda	Solange Balisa Costa
Isaias Teixeira dos Santos	Tadma Lays Dutra Gomes
Izani Daniela Reis Gomes Rodrigues	Vandique M. Campos Meira
Janille da Costa Pinto	Vitor Guilherme Ribeiro Vieira Batista
Jaqueline Braga Morais Cajaiba	Welder Cardoso Oliveira
Jasmym Alves França	Winner Santos
Josleide Cristina D'oliveira Mattos	Yure Oliveira Venceslau
	Zildete Soares Aranha Azevêdo

## BOLSISTAS

Carlos Barreto Carvalho Junior - (voluntário)
Celidalva Gomes Sousa - bolsista IC (UESB)
Davi Alves Guimarães - (voluntário)
João Victor Souza - bolsista de extensão (UESB)
Juliele Pereira Meireles do Carmo - bolsista de extensão (UESB)
Letícia Oliveira Novais - bolsista de extensão (UESB)
Queliane Alves Ferreira - bolsista IC (UESB)
Maria Heloísa Oliveira Araújo - (voluntária)
Steffany de Jesus Santos - (voluntária)

## Apresentação

Iniciamos este caderno temático reconhecendo que a Educação do Campo não se constitui apenas como uma modalidade de ensino, mas como um projeto histórico em disputa, um projeto que afirma a vida, os territórios e os sujeitos do campo como centrais na produção do conhecimento e na organização da escola.

Assumir a tarefa de (re)estruturar a Matriz Curricular da Educação do Campo, no âmbito do GT 5, implica compreender que o currículo não é um instrumento neutro, tampouco um simples arranjo técnico de conteúdos e habilidades. Trata-se, antes, de um território de disputas, onde se confrontam projetos de sociedade, concepções de conhecimento e perspectivas de formação humana. Nesse sentido, construir uma matriz curricular é também posicionar-se: é escolher quais saberes serão legitimados, quais vozes serão ouvidas e quais futuros desejamos produzir.

Ao longo deste processo formativo, partimos da compreensão de que os sujeitos do campo não podem continuar sendo pensados a partir de currículos prescritos, homogêneos e descolados de suas realidades. Ao contrário, defendemos uma matriz que emerja das experiências concretas de vida, trabalho, cultura e resistência dos povos campestres, reconhecendo-os como produtores de conhecimento e protagonistas de seus processos educativos.

A proposta que orienta este caderno não se limita a reorganizar componentes curriculares, mas busca tensionar as bases que historicamente estruturaram a escola, muitas vezes alinhadas a projetos hegemônicos que invisibilizam os modos de vida do campo. Assim, afirmamos a necessidade de um currículo contra-hegemônico, comprometido com a emancipação humana, com a justiça social e com a valorização das identidades coletivas.

Nesse horizonte, a matriz curricular da Educação do Campo deve ser pensada como um movimento vivo, construído coletivamente, enraizado no território e atravessado pelas vozes da comunidade: educadoras e educadores, estudantes, famílias, movimentos sociais e demais sujeitos que produzem e sustentam a vida no campo. É nessa relação dialógica e horizontal que o currículo ganha sentido, densidade e legitimidade.

O percurso formativo que ora iniciamos exige rigor teórico, sensibilidade política e compromisso ético. Não se trata de produzir um documento formal, mas de construir um instrumento que dialogue com a realidade concreta das escolas do campo e contribua para a transformação das práticas pedagógicas, fortalecendo uma educação que faça sentido para quem vive e resiste nesses territórios.

Assim, este caderno se apresenta como espaço de estudo, reflexão e produção coletiva. Que ele possa provocar inquietações, mobilizar saberes e fortalecer a construção de uma matriz curricular que, mais do que organizar conteúdos, afirme a Educação do Campo como direito, como luta e como possibilidade concreta de outro projeto de sociedade.

Seguimos juntas e juntos, com firmeza e esperança.

Equipe Formadora - GT 5

## SUMÁRIO

Apresentação .....	6
1. Notas primeiras.....	8
1.1. Currículo como produção social e política .....	8
1.2. Currículo na Educação do Campo.....	9
1.3. Currículo como práxis.....	9
2. Orientação para a Escrita do Capítulo 1 – Matriz Curricular da Educação do Campo.....	10
2.1. Apresentação.....	10
2.2. Introdução .....	11
Capítulo I .....	12
1.1. Base Legal e Política da Educação do Campo.....	12
3. Notas Finais e não conclusas .....	15
Referências .....	16

## 1. Notas primeiras...

Este momento formativo tem como finalidade orientar a elaboração dos fundamentos legais e conceituais da Matriz Curricular da Educação do Campo, compreendendo que tais elementos não se reduzem à formalidade normativa, mas constituem a base político-epistemológica que sustenta o projeto educativo do município.

Nesta esteira, a construção deste capítulo exige superar abordagens descritivas e normativas, assumindo uma perspectiva crítica que compreenda o currículo como prática social, historicamente situada e atravessada por disputas de projetos de sociedade.

A construção da Matriz Curricular da Educação do Campo exige compreender que o currículo não é neutro, mas expressão de um projeto de sociedade. Conforme Arroyo (2013), o currículo é território em conflito, pois define quais saberes são valorizados e quais são silenciados.

Nesse sentido, a Educação do Campo se constitui como um projeto educativo vinculado à vida dos sujeitos do campo, às suas formas de trabalho, cultura e organização social. Como destaca Caldart (2012), não se trata de adaptar o currículo urbano, mas de construir um currículo enraizado na realidade camponesa.

Assim, este documento deve expressar: a identidade do município; o projeto de Educação do Campo assumido; o compromisso com a formação humana dos sujeitos do campo.

### 1.1. Currículo como produção social e política<sup>1</sup>

O currículo, conforme problematiza Apple (2006), não é um instrumento neutro, mas um artefato cultural que expressa relações de poder, definindo quais conhecimentos são legitimados e quais são marginalizados.

Na mesma direção, Sacristán (2000) afirma que o currículo deve ser compreendido como prática social, ou seja, como uma construção que se materializa na articulação entre intenções educativas, conteúdos e práticas pedagógicas concretas.

---

<sup>1</sup> Para aprofundamento teórico acesse:

<https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2006/vol6/no2/7.pdf>  
[www.scielo.br/j/rbedu/a/8Hj73XPXZH3G3SgFLdzZxfN/?format=pdf&lang=pt](http://www.scielo.br/j/rbedu/a/8Hj73XPXZH3G3SgFLdzZxfN/?format=pdf&lang=pt)

No contexto brasileiro, Lopes; Macedo (2006) reforçam que o currículo é espaço de significação e disputa, não podendo ser reduzido a prescrições técnicas, mas entendido como produção de sentidos no interior das políticas educacionais.

## 1.2. Currículo na Educação do Campo<sup>2</sup>

A Educação do Campo tensiona as concepções hegemônicas de currículo ao afirmar que os processos educativos devem estar vinculados às condições materiais de existência dos sujeitos.

Conforme Caldart (2004; 2012), a formação humana no campo está intrinsecamente relacionada às matrizes formativas da terra, do trabalho, da cultura e da organização coletiva, não sendo possível dissociar o currículo dessas dimensões.

De modo complementar, Arroyo (2013; 2017) destaca que os sujeitos do campo são portadores de saberes historicamente produzidos, exigindo um currículo que reconheça e legitime tais conhecimentos, rompendo com a lógica de subalternização epistemológica.

## 1.3. Currículo como práxis<sup>3</sup>

Inspirados no pensamento de Freire (1987; 1996), compreende-se o currículo como práxis, isto é, como um movimento dialético de ação–reflexão–ação que se constitui na relação entre os sujeitos e a realidade concreta em que estão inseridos. Nessa perspectiva, o currículo ultrapassa a dimensão prescritiva e técnica, não se reduzindo à organização de conteúdos, mas assumindo-se como prática social intencional, comprometida com a leitura crítica do mundo e com sua transformação.

Assim, a construção curricular na Educação do Campo exige partir das condições materiais de existência dos sujeitos, de suas experiências de vida, de trabalho e de organização coletiva, tomando-as como ponto de partida para a problematização das contradições sociais que atravessam o campo brasileiro. Trata-se de um movimento que articula os saberes historicamente produzidos pela humanidade aos saberes construídos

---

<sup>2</sup> Referências para aprofundamentos teóricos: <http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v21n45/v21n45a02.pdf>  
<https://periodicos2.uesb.br/redupa/article/view/16983>

<sup>3</sup> Referências para aprofundamentos teóricos : <https://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/10-%20Sacristan-%20Saberes%20e%20Incertezas%20sobre%20o%20Curriculo%20-%20Cap%201.pdf>  
[https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/f8e3979041ae45f2b455f382894c9c2a?access\\_token=13a46dfd-5120-4c7b-ab97-24d073db9777](https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/f8e3979041ae45f2b455f382894c9c2a?access_token=13a46dfd-5120-4c7b-ab97-24d073db9777)  
<http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v25n79/1982-0305-teias-25-79-e87438.pdf>

nas práticas sociais dos sujeitos do campo, superando a lógica de fragmentação e hierarquização do conhecimento.

Nesse sentido, o currículo como práxis implica a constituição de práticas pedagógicas que não apenas transmitam conteúdos, mas que promovam processos de conscientização, possibilitando aos sujeitos compreenderem sua realidade de forma crítica e atuarem coletivamente na construção de alternativas sociais, econômicas e culturais. Dessa forma, a ação educativa orientada por esse currículo contribui para a formação de sujeitos históricos, capazes de intervir na realidade e afirmar seus direitos.

Estes fundamentos conceituais introduzem elementos essenciais para a compreensão do currículo na Educação do Campo, que serão aprofundados no próximo momento formativo, quando os municípios deverão explicitar, de forma sistematizada, suas concepções de currículo, sujeito, escola e conhecimento.

## **2. Orientação para a Escrita do Capítulo 1 – Matriz Curricular da Educação do Campo**

### **2.1. Apresentação**

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, bem como com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), Diretrizes Municipais da Educação do Campo (data do documento feito no município)), o município de \_\_\_\_\_ compreende que a elaboração da Matriz Curricular da Educação do Campo constitui-se como um processo político, pedagógico e coletivo, fundamental para a organização do trabalho educativo nas escolas do campo.

Nesse sentido, parte-se do entendimento de que o currículo não é neutro, mas expressão de um projeto de sociedade, sendo atravessado por disputas em torno dos conhecimentos que são legitimados no espaço escolar. Assim, a construção desta Matriz Curricular assume o compromisso de superar perspectivas homogeneizadoras e urbano-centradas, historicamente impostas às populações do campo, que desconsideram suas formas de vida, trabalho e organização social.

A Educação do Campo, no âmbito deste município, é compreendida como um direito dos sujeitos que vivem e produzem suas existências no campo, e como um projeto educativo vinculado às suas condições materiais de vida, às suas culturas, aos seus saberes e às suas lutas sociais. Nessa perspectiva, a escola do campo é concebida como um espaço

de formação humana, produção de conhecimentos e fortalecimento das identidades camponesas, articulando os saberes científicos aos saberes construídos nas práticas sociais das comunidades.

A construção desta Matriz Curricular resulta de um processo que envolveu

\_\_\_\_\_ (ex: escutas com a comunidade, reuniões pedagógicas, participação de professores, movimentos sociais, etc.), reafirmando o princípio da participação coletiva como elemento estruturante da Educação do Campo.

Ao considerar as especificidades do município de \_\_\_\_\_, tais como \_\_\_\_\_ (ex: características territoriais, econômicas, culturais, número de escolas do campo, etc.), este documento busca responder às demandas concretas das comunidades, orientando práticas pedagógicas comprometidas com a formação crítica dos sujeitos.

Assim, a presente Matriz Curricular expressa o compromisso com

\_\_\_\_\_ (ex: valorização da cultura local, fortalecimento da agricultura familiar, formação cidadã, justiça social, etc.), constituindo-se como instrumento orientador para a construção de uma educação pública, gratuita e socialmente referenciada para os povos do campo.

...

## 2.2. Introdução

A construção da Matriz Curricular da Educação do Campo do município de \_\_\_\_\_ fundamenta-se nos princípios estabelecidos pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, que assegura a necessidade de adequação da educação às especificidades da vida no campo.

Nessa perspectiva, compreende-se que a Educação do Campo não se constitui como uma adaptação da educação urbana, mas como um projeto educativo específico, vinculado às condições materiais de existência dos sujeitos que vivem no campo, às suas formas de trabalho, às suas culturas e às suas formas de organização social. Trata-se, portanto, de uma concepção de educação comprometida com a valorização dos sujeitos do campo enquanto protagonistas de seus processos históricos e formativos.

Assim, o currículo é compreendido como uma construção histórica, social e política, que expressa escolhas e intencionalidades acerca dos conhecimentos a serem trabalhados no espaço escolar. Nessa direção, rompe-se com a compreensão de currículo como mera organização de conteúdos, assumindo-o como prática social que articula os saberes científicos historicamente produzidos pela humanidade aos saberes construídos nas experiências de vida dos sujeitos do campo.

No contexto do município de \_\_\_\_\_, a realidade educacional do campo caracteriza-se por \_\_\_\_\_ (ex: número de escolas, comunidades atendidas, atividades econômicas predominantes, características culturais, etc.), o que evidencia a necessidade de construção de uma proposta curricular que dialogue diretamente com essas especificidades.

Desse modo, a presente Matriz Curricular busca orientar o trabalho pedagógico nas escolas do campo, considerando as dimensões históricas, sociais, culturais e econômicas que constituem a vida no campo, bem como as demandas formativas dos estudantes em suas múltiplas realidades.

Ao assumir o currículo como prática vinculada à realidade, este documento tem como finalidade contribuir para a construção de processos educativos que promovam a formação crítica dos sujeitos, possibilitando a compreensão das contradições sociais e a atuação consciente na transformação de suas condições de vida.

Portanto, a Matriz Curricular da Educação do Campo do município de \_\_\_\_\_ constitui-se como um instrumento orientador das práticas pedagógicas, comprometido com a garantia do direito à educação pública, gratuita e socialmente referenciada, articulada aos interesses e às necessidades dos povos do campo.

...

## Capítulo I

### 1.1. Base Legal e Política da Educação do Campo

A Educação do Campo, enquanto pauta das políticas públicas educacionais, constitui-se a partir das lutas históricas dos sujeitos do campo pelo reconhecimento do direito à educação pública, gratuita e igualitária. Nesse processo, a construção de marcos

legais específicos representa um avanço na consolidação de uma educação que considere as particularidades sociais, culturais, econômicas e territoriais das populações do campo.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, especialmente em seu artigo 28, determina a necessidade de adequação da educação às especificidades da vida no campo, incluindo aspectos relacionados aos conteúdos curriculares, às metodologias de ensino e à organização do calendário escolar.

No âmbito das políticas específicas para a Educação do Campo, destacam-se o Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e a Resolução CNE/CEB nº 01/2002, que instituem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esses documentos representam um marco na institucionalização da Educação do Campo ao reconhecer a necessidade de construção de propostas pedagógicas vinculadas às realidades dos sujeitos camponeses, considerando suas formas de vida, trabalho e organização social.

Posteriormente, o Parecer CNE/CEB nº 3/2008 contribui para o aprofundamento da discussão conceitual sobre a Educação do Campo, especialmente no que se refere à definição de Escola do Campo e às orientações para o atendimento educacional a essas populações.

No que se refere às políticas de permanência e financiamento, a Lei nº 11.947/2009 assegura o direito à alimentação escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como o acesso a recursos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), incluindo as escolas do campo nesse conjunto de políticas públicas.

No campo da formação docente, o Decreto nº 6.755/2009 institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, reconhecendo a importância da formação inicial e continuada dos professores, incluindo aqueles que atuam nas escolas do campo.

Um marco central para a consolidação da Educação do Campo como política pública é o Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e institui o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Esse decreto reafirma princípios fundamentais, como o respeito à diversidade, a valorização das identidades camponesas, a construção de projetos político-pedagógicos específicos e

a participação das comunidades e dos movimentos sociais na definição das políticas educacionais.

No contexto atual, destaca-se a instituição da Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, denominada Novo PRONACAMPO, que representa um avanço na consolidação dessa agenda no âmbito das políticas públicas educacionais. Essa política tem como objetivo ampliar, qualificar e garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes, por meio de ações estruturantes que envolvem a formação de professores, a melhoria da infraestrutura das escolas, a produção de materiais didáticos específicos e o fortalecimento de propostas curriculares contextualizadas, em diálogo com as realidades dos povos do campo, das águas e das florestas.

Além disso, a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, estabelece, em seu artigo 35, que a escolarização dos sujeitos do campo deve considerar suas peculiaridades, especialmente no que se refere à organização do trabalho pedagógico, à adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, bem como à relação com a natureza do trabalho no campo. Essa resolução consolida a Educação do Campo como modalidade de ensino, reforçando a necessidade de construção de propostas curriculares específicas.

Dessa forma, o conjunto desses dispositivos legais evidencia que a Educação do Campo não se configura como uma adaptação da educação urbana, mas como uma política pública que exige a construção de propostas pedagógicas e curriculares próprias, vinculadas às realidades dos sujeitos do campo e comprometidas com a garantia do direito à educação com qualidade social.

No município de \_\_\_\_\_, a Educação do Campo se organiza a partir de

\_\_\_\_\_

(ex: número de escolas do campo, comunidades atendidas, localização, características do território, etc.)

No que se refere às políticas públicas educacionais voltadas para o campo, observa-se que \_\_\_\_\_

As escolas do campo no município apresentam as seguintes características:

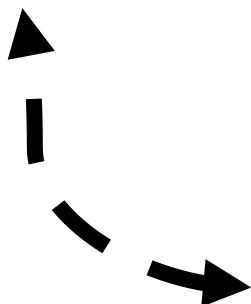
\_\_\_\_\_

Em relação à implementação dos dispositivos legais mencionados, destaca-se que

\_\_\_\_\_

Diante desse contexto, a construção da Matriz Curricular da Educação do Campo no município de \_\_\_\_\_ assume o compromisso de

\_\_\_\_\_



	<p>A primeira parte do texto já está construída para garantir base legal sólida.</p>
	<p>O município entra agora com a realidade se não fizer isso, o capítulo fica incompleto.</p>
	<p>Não basta dizer que tem escola do campo precisa caracterizar.</p>

Fonte: imagem criada por OpenAI. ChatGPT. Com os descritores presentes na imagem. 2026.

### 3. Notas Finais e não conclusas

A elaboração da Matriz Curricular da Educação do Campo, conforme proposta neste caderno, não se encerra na produção de um documento formal, tampouco se esgota no cumprimento de uma exigência institucional. Ao contrário, trata-se de um processo em permanente construção, atravessado pelas dinâmicas sociais, políticas e culturais que constituem os territórios do campo.

Assumir o currículo como prática social implica reconhecer que sua materialização não se dá apenas no plano do texto, mas nas relações concretas que se estabelecem no cotidiano das escolas, nos modos de ensinar, aprender, organizar o tempo e o espaço escolar, bem como nas formas de participação da comunidade.

Nesse sentido, a matriz curricular aqui delineada deve ser compreendida como um instrumento orientador, aberto à revisão, à problematização e à reconstrução permanente, à medida que novas demandas, desafios e possibilidades emergem da realidade dos sujeitos do campo.

Além disso, é fundamental reconhecer que a efetivação deste currículo exige condições objetivas que ultrapassam o âmbito pedagógico, envolvendo políticas de formação docente, financiamento adequado, infraestrutura das escolas e valorização dos profissionais da educação. Sem essas condições, há o risco de que as proposições aqui apresentadas permaneçam no plano das intenções.

Por outro lado, este processo reafirma a centralidade dos sujeitos do campo na construção das políticas educacionais, reconhecendo-os como protagonistas na definição dos caminhos da escola e do currículo. É nessa perspectiva que se fortalece a ideia de uma educação comprometida com a justiça social, com a valorização das identidades e com a construção de alternativas ao modelo hegemônico de sociedade.

Assim, estas notas não se constituem como conclusão, mas como convite à continuidade do trabalho coletivo, à reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e ao compromisso permanente com a construção de uma Educação do Campo que faça sentido para aqueles que vivem, trabalham e resistem nesses territórios.

Dando continuidade a este percurso formativo, o próximo encontro avançará na construção dos marcos conceituais da Matriz Curricular da Educação do Campo, problematizando a centralidade do currículo urbano como referência hegemônica e afirmando a necessidade de construção de um currículo vinculado às condições concretas de existência dos sujeitos do campo.

Nesse movimento, será fundamental explicitar as concepções que orientam o documento, especialmente no que se refere ao currículo, aos sujeitos do campo, à escola e ao conhecimento, superando perspectivas adaptativas e assumindo uma posição político-pedagógica comprometida com a realidade dos territórios.

Trata-se de um momento decisivo do processo formativo, pois é a partir dessas definições conceituais que se estabelece a coerência da matriz curricular, garantindo que sua construção não se reduza à organização técnica de conteúdos, mas se constitua como expressão de um projeto educativo situado, crítico e socialmente referenciado.

## Referências

- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- CALDART, R. S. et al. (orgs.). *Educação do Campo*. In: *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: política, cultura e poder. Petrópolis. Vozes. 2006.

Disponível em:

<https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2006/vol6/no2/7.pdf> Acesso em:

02 de maio de 2026.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.